

Sabedoria na República a partir de Condorcet: Biosofia e Educação

Vanderlei Gularte Farias³

Uma educação para combater a desigualdade,
uma vez que esta é produzida.
(CONDORCET, 2013a, p.101)

1 Introdução

Vivenciamos a sensação de estarmos imersos num momento histórico e social em que a ausência de reflexividade para instituímos os conhecimentos indispensáveis às vivências e relações e, principalmente, do discernimento conceitual que reflete nas atitudes, faz com que não se perceba a dinâmica do sistema em vigência. A ignorância parece ser parte essencial da sistemática que se hegemoniza globalmente funcionando como base de sustentação para a manutenção da lógica societária reinante e contribui para a imobilização e criação de indivíduos inertes, obedientes e com graves ausências reativas que, forçadas em compreensões amplas, plurais, científicas, tenham condições de enfrentamento, de posicionar-se democraticamente com desacordo às ordens abusivas emanadas dos poderes gestados para além da política. Nessa dimensão estranha à coletividade, no âmbito da política privada que fornicia indecentemente com o solipsismo egoístico e predatório, são gerados corpos disciplinados e dóceis (FOUCAULT, 2010), condicionados, fundamentalmente, para receber, consumir e, tão somente, aceitar as imposituras do poder hegemônico e homogeneizante.

Neste momento em que se intensifica a crise política gestada em meados de 2013, ainda no período que antecedeu o pleito de 2014, somada à pandemia provocada pelo surgimento da Covid-19, suscitam plurais ocorrências originadas na compreensão de duas dimensões que se entrecruzam e se relacionam com interdependência por conta do que representam no cômputo do funcionamento de uma nação: a política, responsável por gerir a sociedade (pólis) organicamente constituída e a educação, à qual se imputa a missão de contribuir

³ Mestre em Educação – URI/FW. Professor da Rede Pública de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul. E-mail: profvand@gmail.com.

na formação dos indivíduos, ou como se compreende desde os gregos, dos cidadãos que integram a sociedade. Enquanto na política se verifica o avanço para um extremismo fundamentalista guiado pela negação da razão, da ciência e da cultura historicamente construída pelas civilizações, na educação se intensifica a recusa de uma boa escola com qualidade para todos e todas, com condições de equacionar e problematizar nossas mazelas sociais e contribuir nas ampliações das potencialidades individuais para relações mais democráticas. Parece que isso provém das opções pela desvalorização e sucateamento do ensino e, então, ensaia outros sentidos de atitudes cidadãos para a conveniência de retomar os fundamentos que dão sentido social para o processo de ensinar.

A atual conjuntura sócio-política brasileira requer profunda reflexão, inclusive, sobre ataques que as instituições da nossa República⁴ estão recebendo e em que a base liberal-republicana é clara e duramente atingida diariamente por interesses meramente destrutivos e desorganizadores dos necessários polimentos de vínculos que assegurem as relações na coletividade. Rever conceitos e apontar suas relações com a construção moral coletiva é dever do pensamento formal, dos responsáveis pela tessitura de uma nova racionalidade e de todos aqueles e aquelas envolvidos/as⁵ diretamente na construção dos elementos culturais, sociais e formativos. Neste sentido, faz-se necessário fomentar insumos para uma educação que opere no esclarecimento do funcionamento social e organização democrática, na perspectiva de uma sociabilidade com respeito ao

⁴ Compreendemos democracia como ocorrência, originalmente, grega e a república, como construção romana, a partir de BOBBIO (1998). Democracia tem a ver com as palavras gregas *demos* e *kratos*, respectivamente, “povo” e “governo”. Trata-se do governo do povo ou governo popular. A república, do latim, *res publica*, coisa pública, significa o governo voltado para o interesse de todos. A diferença semântica aponta para uma diferença conceitual que foi se estabelecendo na tradição dos estudos em filosofia política. Na democracia o povo é o agente e o objeto. Como agente, o povo governa; como objeto, o povo recebe a atenção especial do governo. Diferentemente, na república, o agente governamental deve proteger o que é público, interessando-se mais pelas instituições estatais e seu funcionamento adequado. A república lida com ritos, liturgias, práticas e diretrizes legais. Instituições republicanas podem ser identificadas como sendo a estrutura sobre a qual a democracia se assenta e melhor funciona. A divisão de poderes em Executivo, Judiciário e Legislativo tem a ver com a república e cada uma dessas instituições - inclusive sua arquitetura física - deve funcionar por si em harmonia com as outras. A lei que as rege internamente e os ritos e liturgias dos homens que estão na sua guarda e desenvolvimento devem ser preservadas. Cuidar da “coisa pública” é cuidar para que o Estado não se deteriore; cuidar da democracia é tornar instituições populares da sociedade capazes de poder usar bem as instituições republicanas, fazendo-as de catapulta para políticas sociais amplas. Se as políticas sociais se tornam políticas públicas, dizemos que elas se institucionalizaram, entraram para o campo daquilo que queremos que seja estrutural, que não estejam mais ao sabor das mudanças de governo.

⁵ Aqui menção ao feminino para referir-se igualmente e especialmente a este gênero, respeitando a defesa de Condorcet (2013b) quanto à questão feminina, uma vez que o filósofo discute a igualdade entre os gêneros, na afirmativa sobre a admissão do direito de cidadania às mulheres, o que demonstra o mesmo estar para além da cultura hegemônica de seu tempo.

direito à vida, à dignidade humana, em que todos sejam sujeitos/cidadãos e cidadãs sociais e históricos pela reafirmação do progresso do espírito humano (CONDORCET, 2013a) e, se apresente possível a profunda compreensão e debate do cenário sócio-político e econômico atual que começa a preocupar pelas ações em desacordo com os horizontes da existência, das capacidades intelectivas e emotivas humanas, pretendidas pelas dimensões naturais e culturais dos indivíduos.

2 Ensino e perfectibilidade humana como pré-requisito para a emancipação

Ao situar o cenário desta tematização que objetiva colocar a racionalidade humana na centralidade das novas preocupações como condição de continuidade da existência humana, das instituições democrática e republicanamente reguladoras da condição humana, pensamos em Condorcet⁶ que, mesmo condenado à morte à revelia pelo Tribunal Revolucionário, ainda é otimista⁷ com relação ao progresso da humanidade pelos últimos avanços científicos e, principalmente, quanto ao pensamento em florescimento a partir das ideias iluministas no campo social e político. Na defesa do que Rousseau (1712 – 1778) chamava de perfectibilidade, em Condorcet (2013b, p. 20) a afirmação de que

O futuro tem de ser investigado por meio de um estudo das possibilidades e da potência da razão. É na longa duração que o sentido da história se desvela, e não nos atos corriqueiros e por vezes sem sentido dos homens de uma época. [...] Confiante nos poderes da razão, ele dizia que chegaria o momento no qual apenas ela seria soberana, extinguindo toda forma de opressão.

Com essa reflexão, parece demonstrar sua crença num progressivo avanço do espírito humano para o esclarecimento pela supremacia da razão como

⁶ Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat, conhecido marquês de Condorcet (1743–1794), iluminista, pensador, filósofo, revolucionário e político, é considerado um dos últimos iluministas e um reconhecido matemático, estatístico e economicista. Um dos fundadores da teoria da escolha social, destacou-se no campo da filosofia política e da sua prática no engajamento em defesa do ideal republicano, da liberdade individual, da emancipação das mulheres e dos negros e da instrução pública, laica e universal, é considerado um importante humanista. Em 1782 é eleito membro da Academia Francesa.

⁷ No período entre os meses de Julho de 1793 e março de 1794 escreveu sua última obra: *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Nesta, Condorcet esboça a história do desenvolvimento progressivo do espírito humano numa perspectiva ascendente. O faz dividindo em dez períodos do tempo histórico, dedicando o último numa espécie de esperança em futuros progressos, através de um otimismo pela crença na capacidade humana de crescimento.

forma de vencer questões sociais como, por exemplo, a escravidão e a opressão do homem pelo seu semelhante com o uso de meios tirânicos e manipulações e, também, através da restrição do conhecimento, da luz, do esclarecimento. Tal otimismo na capacidade humana racional de compreender o mundo como se apresenta, nos provoca a pensar na possibilidade plausível de desenvolvermos mecanismos com a finalidade de construirmos democrática e republicanamente uma dinâmica social cuja centralidade seja o humano e suas dimensões que o fazem afirmar-se como a razão de tudo o que se pensa, aquilo que se cria e se desenvolve para facilitar o bem viver e conviver na casa comum⁸ e nas relações.

Na educação, cuja dimensão funcional é sua operacionalidade orgânica na sociedade e, enquanto signatária da filosofia, se torna imprescindível pensar a sua viabilidade de se constituir como sinônimo de caminho para a ascensão social a partir da problematização das questões políticas e sociais que perfazem determinadamente a existência do homem e da mulher, tendo em vista que todos os indivíduos são portadores natos da perfectibilidade humana, de ascender socialmente como crescimento humano, nas suas capacidades de cognição, no fortalecimento de valores humanísticos necessários para a vida social como a solidariedade e a ideia da cultura do coletivo. Por isso, é importante que a educação deva estar estruturada por um sistema público, gratuito e laico para se imunizar das interferências de concepções religiosas, para envolver, integrar, a todos e todas e que o central objetivo seja a preparação para a formação de uma cidadania sócio-científica.

Reorganizar os processos educacionais a partir de ideais republicanos envolve a abertura ao debate, à participação, ao constante diálogo e opera na direção da reorientação dos processos formais de ensino com sinalização para a humanização de uma formação que, mesmo profissional no sentido de preparar para o trabalho, possa visualizar um cidadão e uma cidadã com aguçado senso crítico e vivências de intensa conotação política que, igualmente, se ocupem do entendimento das engrenagens estruturais da sociedade. Um contraponto à instrumentalização do ensino, cujo propósito se traduz no mero cumprimento das determinações do capital que teima em ofertar uma educação orientada nas demandas do mercado capitalista, de onde se origina a lógica restritiva da concepção mercadológica e, consequentemente, se desvirtua a função social para a formação de indivíduos com inserção sócio-política.

⁸ A expressão ‘casa comum’ refere-se à ideia de mundo comum, fraterno, solidário em que todos e todas as pessoas humanas vivem e convivem entre si como uma grande família, uma vez que nossa origem está comum na espécie humana, conforme pensamento do teólogo Leonardo Boff (2012).

O ensino sem conotação política que assuma o debate da consciência da função social parece ser mera instrução técnica, semelhante à lógica mecânica em que os algoritmos são sujeitos da racionalidade do sistema robótico. As formas de ensino que assumem a perspectiva da superficialização e do apressamento, são o suprasumo da técnica descontextualizada que dilui a pessoa humana na algoritmização e dissolve qualquer sinal de emancipação da vida porque aborta a fecundação do espírito humano investigativo, criativo, plural. O ser humano é político por natureza, na expressão de Aristóteles (1973), concepção que, desde há muito, pode justificar uma educação com condições de contribuir para a problematização das questões da cidade e sua noção de justiça, ou justiça, no sentido platônico⁹, de harmonia social.

A ideologia da educação parece dever ser a das necessidades humanas. O processo ideológico precisa se alinhar com a pretensão de uma sociedade que valorize toda a sua potencialidade heterogênea, se embrenhe na busca por vivenciar o entendimento respeitoso, a mutualidade que expressa a diversidade, a pluralidade, em oposição à pauta neo/ultraliberal dada pelas forças do capital que operam no sentido de submeter, além da economia, a educação e a cultura à lógica do mercado consumista. Os indivíduos não podem ser compreendidos e, tampouco, moldados como coisas, como descartáveis em que a estética primaz seja a da obsolescência programada. A vida das pessoas e das nações adequadas à ideologia consumista se restringe à visão de que tudo é mera mercadoria e contraria a função social dos processos de ensino, assim como da cultura. O humano não pode reduzir-se a algum tipo qualquer, à condição de objeto - sequer deveria ser numerado - visto que sua essência é a mesma em todos e, portanto, independe de sua cor, classe ou gênero. É por este motivo que, na compreensão de Condorcet (2013b, p. 54), nenhum indivíduo pode, por nenhuma escritura, tornar-se propriedade de outro.

Tomamos a liberdade filosófica de atualizar a terminologia condorcetiana que, influenciada pelo seu tempo, mesmo ao ampliar os debates para inserir nas suas análises filosóficas as questões da emancipação feminina, ainda mantém a linguagem culturalizada e hegemonizada desde a perspectiva patriarcalista. Fazemos essa tradução porque Condorcet expressa uma concepção de indivíduo, de humanidade, com prevalência da igualdade, no sentido de que haja

⁹ Como a noção de Justiça é o fio condutor de reflexão na obra *República* e contempla a tradição do Pensamento Político, Platão parece entendê-la como sendo a síntese de duas harmonias: a harmonia da cidade e a harmonia do indivíduo. Ambas terminologias, Cidade e Indivíduo, devem se espelhar no sistema tripartite: se a cidade é formada por *Artesãos* – trabalhadores; *Guerreiros* – protetores e; *Sábios* – governantes, isso também deve se espelhar na alma de cada indivíduo posto que o humano é composto de Razão, Emoção e Apetites.

condições iguais entre o conjunto da sociedade. Para o filósofo, dado seu engajamento na política formal no contexto da Revolução Francesa, a desigualdade deveria ser combatida com a Instrução Pública¹⁰ para todas as pessoas. Sua ideia sobre a importância do ensino era bem clara:

[...] pode-se instruir a massa inteira de um povo com tudo aquilo que cada homem precisa saber para a economia doméstica, para a administração de seus negócios, para o livre desenvolvimento de sua indústria e de suas faculdades; para conhecer seus direitos e exercê-los; para julgar suas ações e aquelas dos outros segundo suas próprias luzes, e não ser alheio a nenhum dos sentimentos elevados ou delicados que honram a natureza humana; para não depender cegamente daqueles a quem é obrigado a confiar o cuidado de seus negócios ou o exercício de seus direitos, para estar em condição de escolhê-lo e vigiá-los, para não ser mais a vítima desses erros populares que atormentam a vida com temores supersticiosos e esperanças quiméricas; para defender-se contra os preconceitos exclusivamente com as forças da razão, para escapar da sedução do charlatanismo, que estenderia armadilhas à sua fortuna, à sua saúde, à liberdade de suas opiniões e de sua consciência, sob pretexto de enriquecê-lo, de curá-lo ou de salvá-lo (CONDORCET, 2013a, p.198).

Para Condorcet, educação, ensino, instrução pública, simboliza emancipação social, requisito para alçar a condição cidadã e a aptidão para participar da cidade, da *pólis*, como passaporte para a liberdade e valor essencialmente liberal. Contudo, não há possibilidade de pensar a instrução pública e a emancipação, sem que, igualmente, sejam criadas as condições para seu exercício e se compreenda a igualdade como a principal.

Neste sentido, pensamos ser papel do ensino, também, a confecção de instrumentos teóricos a fim de que seja possível compreender a intencionalidade da retórica da formulação teórica que sustenta a efetivação das diretrizes neoliberais, agora em expansão, e inviabilizam uma educação que possibilite a emancipação dos indivíduos para atingir a condição de sujeitos sociais com condições de lutar para a concretização da sua cidadania.

A educação pode estar presente em todas as dimensões da vida social. Antropologicamente, a educação é uma prática humana permeada e interventora da ação histórica dos indivíduos. Eticamente, os processos de ensino fomentam

¹⁰ Expressão usada para referir-se ao Ensino. Temática debatida e defendida na sua obra intitulada “Cinco Memórias sobre a Instrução Pública” (CONDORCET, 2008). Publicada originalmente em 1791 ela coloca o quadro teórico e ideológico que fundamentará, mais tarde, seu projeto completo de organização da instrução nacional, do ensino primário ao ensino superior.

a adoção de questões relativas ao *ethos* dos grupos humanos, seja na interação social formal ou, mesmo, informalmente. Politicamente, a educação tem a responsabilidade de aproximar as pessoas para o encontro de discussão e tomada de posições resolutivas sobre os problemas da cidade. Historicamente, são os processos de ensino que corroboram para a preservação da memória e a formação da identidade dos povos. E, pedagogicamente, é no âmbito da educação e de sua ação que a cidadania é possibilitada ao coletivo.

Na perspectiva antropológica, inúmeros padrões interferem no agir humano e daí advém a afirmação de natureza sociocultural em que os indivíduos em interação social, tanto trocam como determinam certas regras comportamentais em seu agir. Assim, vai se construindo a moral de um grupo e determinada moralidade será a norteadora e qualificadora desses comportamentos, transformando-se no elemento principal que permite aos homens e mulheres ter suas práticas em função dos valores eleitos. Neste sentido,

Os valores morais impõem-se ao homem como força normativa e prescritiva, quase que ditando como e quando suas ações devem ser conduzidas. Quando não as segue, tem a impressão de estar fazendo o que não deveria fazer, embora continue com um nível proporcional de liberdade para não fazer como e quando a norma parece lhe impor (SEVERINO, 2006, p. 293).

Dessa forma, é imprescindível pensar na importância de serem trabalhados determinados elementos que contribuem fundamentalmente na construção de uma moralidade capaz de auxiliar a coletividade, ou seja, valores que atentem para a interação social com respeito ao outro e à outra como ser de dignidade humana, de igualdade jurídica, com possibilidade de consciência coletiva do pertencimento à mesma espécie. Esta possibilidade da construção da moralidade deve-se em função de que, apesar da imposição objetiva dos valores morais pela normatividade, os indivíduos gozam de sua autonomia e de um determinado espaço livre para assumirem posições de modo que é a qualidade moral coletiva que deve orientar a qualidade moral dos indivíduos.

Como parte integrante da cultura, a educação é uma prática histórico-social que, ao se relacionar com o universo simbólico, “revela-se, em sua essencialidade, como modalidade técnica e política de expressão do universo, e como investimento formativo em todas as outras modalidades de práticas” (SEVERINO, 2006, p. 292). Assim, media a prática produtiva servindo-se de elementos para contribuir com o mundo da transformação pela ação humana da natureza como sua vida social. Desse modo, a educação parece requerer que se resgatem caminhos mais confiáveis, menos indecifráveis, no que se refere à

sua relevância para alimentar o espírito humano, condutor da compreensão dos processos civilizacionais com debate republicano, democrático e, portanto, laico. As inquietações que nos afligem têm origem na desorientação dos tempos em que vivemos. Entendemos ser plausível, enquanto parte da essência da Escola Pública, o compromisso com a generalização do ensino para todos os grupos sociais indistintamente visto que ela, a escola pública, é vital enquanto espaço privilegiado para pensar, debater e construir um projeto de educação para a emancipação dos indivíduos e a qualificação, o aprimoramento social.

A sobreposição de tarefas aos professores e às professoras, na sua maioria, de forma mecanicista, pela exigência do sistema social vigente, por vezes, exclui o significado ontológico do processo de ensino e da própria dimensão da educação. Dessa maneira, observamos com Hannah Arendt (2016, p. 247) a necessidade de repensar a razão de nossa tarefa de ensinar:

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gosto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-los a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar o mundo comum.

A educação se coloca como sendo o elemento imprescindível pelo qual passam as principais decisões do ser humano no que diz respeito às relações com o mundo. É ponto de equilíbrio na inserção do humano no meio social, assim como contribui na escolha do caminho a ser percorrido no que tange à dualidade: reprodução do *status quo* ou transformação da realidade.

A educação formal, parece, então, pressupor a adoção de elementos dos processos culturais vivenciados na interação social e requerer adesão a elementos que estimulem os indivíduos a interessar-se pelo conhecimento, pela ciência, pelo aprendizado. Pela importância central aos processos educacionais e sua função social, estimula-se a adesão a atitudes que possam contribuir para um ensino público que contemple a coletividade, laico em função do imprescindível norteamo científico e com propósito de servir de instrumento para compreender e contribuir na formação cultural, intelectual, cognitiva e emotiva dos indivíduos. Nessa linha de pensamento,

A educação é processo inerente à vida dos seres humanos, intrínseco à condição da espécie, uma vez que a reprodução dos seus integrantes não envolve apenas uma memória genética, mas, com igual intensidade, pressupõe uma memória cultural, em decorrência do que cada novo membro do grupo precisa recuperá-la, inserindo-se no fluxo de sua cultura (SEVERINO, 2006, p. 289).

Assim, a educação se apresenta como ação fundamental na manutenção dos valores, *ethos*¹¹ e vivências da civilização humana. cremos, então, que problematizar sobre modelos de ensino e dos fundamentos ético-políticos e concepções da educação, pode congrega o ideário de um povo que procura caminhar no sentido da manutenção do crescimento do seu espírito enquanto humano, pelas vias das políticas educacionais. A cultura vista como “conjunto de signos objetivados, só é apropriada mediante um intenso processo de subjetivação” (SEVERINO, 2006, p. 290), o que, permite apontar para a importância dos processos formais de ensino. Parece ser desse lugar que se abre a possibilidade de cuidar da instituição de uma cultura de aprendizagens, de elevar a compreensão sobre o mundo, de respeitar os princípios humanísticos e reafirmar o pertencimento à espécie humana, independente da origem étnica, social e cultural.

Neste sentido, ao pensar na condução dos processos formais de ensino que se encontram alinhados a uma lógica mercantil com propensão a criar apenas indivíduos consumidores e alienados, ideologia que parece reinar absoluta e expandir-se nesses tempos que compartilhamos, este ensaio opera no sentido de compreender e requer a necessidade de uma profunda reflexão a respeito da função socializante da educação como pilar para a convivência humana e de reconhecer a importância da clareza e da eficácia no âmbito da vida social dos fundamentos adotados para os processos de ensino. Esta tematização significa desenvolver a consciência de que a formalização de uma determinada concepção de educação implica no direcionamento ético-político dos indivíduos ou dos grupos envolvidos. No contexto da superioridade hegemônica da frieza das relações materializadas das experiências e vivências humanas, se justifica cuidar dos processos de ensino em que o entendimento do funcionamento da sociedade seja indispensável pelo primado do elemento humano.

¹¹ Conjunto dos costumes e hábitos fundamentais, no âmbito do comportamento e da cultura - valores, ideias, crenças, característicos de um povo ou de uma determinada coletividade, época ou região. Conforme (HOUAISS, 2001)

3 Por uma lógica do humano à luz da racionalidade esclarecedora da ação educativa

Frente à hegemonia de um sistema que privilegia a concepção de que as instituições republicanas se concentram no poder da iniciativa privada e privatista, no desmonte daquilo que é público, laico e gratuito, faz-se necessário refletir sobre a possibilidade construtiva de um pensamento orientado a pensar a ideia de que o aprimorar do espírito humano está umbilicalmente ligado à defesa de uma educação pública com qualidade social como elemento fundamental para alimentar a república.

O estágio no qual a humanidade se encontra requer instituições, entre as quais a escola, modelos de progresso do espírito humano, para usar a linguagem condorcetiana. Essas instituições republicanas traduzem o combate, via esclarecimento racional e científico, da ignorância e da estupidez de pessoas defensoras da ideologia do *deus mercado*¹², e de um obscurantismo irracional ao apregoar o pensamento dogmático, deísta, que contrapõem, por exemplo, teorias de vertentes divergentes e em rota de colisão por mero desconhecimento, impotencialidade e ou incapacidade de diálogo. Tais posições não contribuem no aprimorar do espírito humano, pois aguçam e estimulam o movimento da generalização superficial, infundada, jogada para o senso comum, alimentada apenas por um debate com discussões radicalizadas, desqualificadoras das opiniões e, inclusive, das inclusões de interlocuções, e abusivamente violentas. A sociedade humana parece clamar por relações pautadas por novas racionalidades que possibilitem compreensões das questões fundamentais do humano justificadas pela intensa busca plural, sensitiva, cognitiva, afetiva, solidária, dialógica e não unicamente pela supremacia da religião, do esoterismo, da salvífica autoajuda ou com a utilização de práticas *coaching*¹³ e formas facilitadas – leia-se, superficiais, inconsistentes – enganadoras, terreno fértil para a ação do charlatanismo, da exploração econômica e, principalmente, da ganância materialista dos

¹² Para designar a defesa irrestrita da ideologia neoliberal de que o mercado é o responsável pelo gerenciamento da economia e da sociedade como um todo. De que não há necessidade de um estado fortalecido pelo aparato regulado e fiscal, basta fortalecer a livre concorrência que o mercado, assim como um deus cuidará de tudo.

¹³ Termo oriundo do inglês que, traduzido, significa *treinamento*. Uma técnica utilizada com pessoas para intensificar a busca por uma meta. Um processo com foco na geração de motivação pessoal e profissional que tem como objetivo potencializar resultados positivos de uma pessoa, de um grupo ou de uma empresa. Conforme o IBC (Instituto Brasileiro Caithing)

chamados *mercadores da fé*¹⁴. Estas práticas se proliferam com certo sucesso em função da contrapartida: alívio rápido para todos os problemas de qualquer natureza. Para conjugar algo, muitas vezes impossível, basta uma conversa curta, demonstração evidente que as pessoas desejam respostas, que há demandas e, se há continuidade de tais práticas, significa que as demandas persistem sem resoluções, ou seja, não há repostas satisfatórias, plenas, resolutivas, para sempre.

Nessa seara se apresenta um cenário carente de inteligência, de profundidade, de sabedoria. E revela o quanto a vida é enganada. Parece que a educação, enquanto caminho, congrega as dimensões formativas do humano e pode operar na perspectiva oposta à onda que cresce com a ignorância, com o pensamento único.

Diante desse debate, há de se tomar consciência no sentido de decidirmos qual educação se faz necessária para indicar caminhos mais seguros, pelos quais ainda se vislumbra uma sociedade ideal com condições democrático-republicanas de manter uma educação que não esvazie os valores humanos e humanizadores, não suprima as utopias e as narrativas plurais de crenças esperançosas, inclusive, na construção de projetos para o contínuo cuidado com a casa comum. Uma educação cuja racionalidade esteja sempre atenta para auxiliar na percepção dos malefícios sociais de uma ideologia *anarco-capitalista*¹⁵, tal qual tem se apresentado o neoliberalismo que submete os indivíduos à uma vivência solipsista, egoísta. A aposta se dirige, neste ensaio, para uma educação que, ao saber-se laica, republicana, contribui com esses mesmos valores e potencializa ampliações compreensivas e propositivas para interferir na degradação no mundo do trabalho, na onda degenerativa da vida social e na alienação da perspectiva cultural de racionalidade e sabedoria dialógica de cuidado.

¹⁴ Expressão que tem origem na profissão do apóstolo Paulo, cobrador de impostos e perseguidor de cristãos, antes de sua conversão. Ele renunciou a um direito legítimo justamente para não dar a ninguém a impressão de que o dinheiro era a motivação de seu ministério. Tal expressão é aqui usada para designar aqueles que fazem uso da fé para tirar proveito financeiro e fazem da religião uma mercantilização ao vender a ideia de salvação. Essa prática coloca os/as charlatões na condição de exploradores, embora, esteja crescendo exponencialmente no Brasil, especialmente, com a presença de milhares de igrejas, pastores, padres, gurus, mestres espirituais e outras nomenclaturas com um só objetivo comum: lucro financeiro.

¹⁵ Expressão a partir das teses de (GUIRALDELLI, 2020) para referir-se ao que representam ideologicamente as ações demonstradas pelo atual governo federal, em função da sua atuação frente às instituições republicanas. Bolsonaro e seu governo defende o neoliberalismo na economia e procura interferir nas instituições da República para que as mesmas se coloquem ao seu dispor como se fosse um apêndice da presidência da República sempre fazendo o que o Presidente quer, sem observância da função de cada uma e sua autonomia. Mexe na silhueta republicana a ser favor como uma ação tirânica em que o poder se concentra em suas mãos. Bolsonaro procura interferir na autonomia das instituições para controlar, daí a ideia de anarquia – anarco – nos poderes instituídos dentro do capitalismo em sua fase econômica da financeirização neoliberal.

Compreendemos que pela percepção dessa realidade social é que o humano, por meio de um ensino com condições de sustentar condições necessárias e objetivas para a vida, para experiências e vivências racionais, afetivas, solidárias, possa compreender a sociedade na qual vive e, assim, aspirar a possibilidade da continuidade do progredir humano, como pensa Condorcet.

A urgência da vida é demonstrada pelas frequentes crises de diversas ordens, desde as pessoais, até as econômicas e biológicas. O manifesto da Biosofia é por uma racionalidade comprometida com a vida em sentido cosmológico, amplo, plural, com condições de se estabelecer esclarecedora, como luz para as subjetividades e caminhos de discernimento ante as intensas intervenções ideológicas, tanto nos processos de formação quanto nas dimensões das vivências concretas, nas constituições imaginárias quanto nas concretas. Parece que, ao operar nos horizontes da política, da racionalidade, são questionadas as lógicas fundamentalistas, patriarcalistas e constituídas na violência que

[...] em vez de levar os sujeitos a entender-se no mundo, mistifica o mundo, manipulando-o para produzir a ilusão da felicidade. Prosperidade prometida, mas nunca realizada. Leva ao individualismo egoísta e narcísico, simulacro do sujeito autônomo e livre (SEVERINO, 2006, p. 305).

A defesa da educação que se qualifica pela potencialidade dialógica, republicana, promove a clareza das intencionalidades que se encontram nas ideologias e formas de compreender e vivenciar os conhecimentos e as informações. O ensinar e o aprender podem corroborar para a compreensão das sistemáticas vivenciais e experienciais que, ao tematizar a condição humana, debatem, também, a órbita da república e da democracia, do indivíduo e da coletividade, do espírito humano e das atitudes. Do contrário, os indivíduos se tornam meros produtos de uma razão técnica em que há a prevalência do individualismo narcísico propenso a alimentar o espetáculo da mercadoria e da estética imagética de sobreposição de ilustrações com vida útil média pela duração das postagens nas redes sociais.

4 Considerações no âmbito da educação com sabedoria

Nossa reflexão procurou debater um dos pré-requisitos fundamentais para a compreensão do mundo, da existência humana, da vida, como síntese das interações sociais, que é a compreensão da linguagem pela qual se codificam os signos e sinais. É possível que todos os seres humanos tenham plenas condições

cognitivas, emotivas e técnicas de adquirir, nos processos de aprendizagens, suficientes conhecimentos para as decodificações visto que para o entendimento presume-se a mensagem. Neste sentido é imprescindível ter a conjectura que permita buscar a melhor compreensão das narrativas que, continuamente, são postas na perspectiva de explicação do real, mesmo que carregada de vícios, para comunicar determinada visão de mundo. Há uma necessidade vital de comunicação, de interação, dos indivíduos para que não se tornem vítimas da ignorância e do obscurantismo que certos agentes – magnatas da comunicação de massa, políticos executivos que disputam a consecução de seus privados interesses, entre outros - promovem a serviço da manutenção do poder para controle de uma parcela mínima da população. São esses mesmos agentes que perpetuam o domínio econômico ao deterem para si ou sob seus controles, os meios de produção. Estes poucos controlam os demais ao exercer forte influência sobre as demais classes sociais.

Nesta perspectiva, indicamos que a hegemonia e homogeneização, expressões dos controles econômicos e culturais, são devidos muito em função da ausência de um sistema de ensino que opere, como ensina Condorcet, para o esclarecimento. Parece ser nesta seara que são proporcionadas as possibilidades compreensivas da existência da desigualdade e da ignorância como resultantes da tirania e da alienação estimuladas, inclusive, por uma tendência minimalista no ensino que privilegia a instrumentalização e a submissão às gramáticas imperativas e sugere as facilidades das vivências superficiais, descontextualizadas, irrefletidas, de compreensões reacionárias e simplificadas em seus argumentos.

A educação, como um todo, e, especificamente, o ensino pode ser colocado como elemento de transformação, de mudança e, também, de conservação, para indicar possibilidades de promoção da cidadania, da manutenção da dignidade humana, da vida, e da emancipação. Ao seguir na luz condorcetiana, a perspectiva para essas ações, pode ser dar pelas instituintes das luzes do esclarecimento racional, traduzidas como progresso humano, conforme o próprio Condorcet (2013b, p. 190), anuncia:

Nossas esperanças sobre os destinos futuros da espécie humana podem se reduzir a estas três questões: a destruição da desigualdade entre nações; os progressos da igualdade em um mesmo povo; enfim, o aperfeiçoamento real do homem. Um dia todas as nações devem se aproximar do estado de civilização a que chegaram os povos mais esclarecidos, os mais livres, os mais libertos de preconceitos, os franceses, os anglo-americanos? Essa distância imensa que separa esses povos da servidão dos hindus, da barbárie das tribos africanas, da ignorância dos selvagens deve, pouco a pouco, esvanecer-se?

Condorcet parece demonstrar a possibilidade da presunção do alcance do desenvolvimento civilizacional pelo crescimento do espírito humano, no sentido da busca de objetivos em comum: o progresso humano para humanização da espécie. É nesta perspectiva que compreendemos o ensino na sua função de priorizar objetivos universais em detrimento de interesses individuais ao ser orientado para uma espécie de cuidado para iluminar a compreensão da sociedade. Por isso, compreendemos a relevância da defesa de elementos para a permanente reflexão sobre a necessidade da manutenção de valores republicanos e universais como a ideia de público, de laicidade, de igualdade de condições, a valorização da ciência, da justiça social e da equidade numa concepção de humanidade em que a essência se encontra no pilar da dignidade humana e visa à manutenção de um sistema biosófico em que todos e todas caminhem na direção da emancipação, da luz, do esclarecimento, da racionalidade dialógica, solidária, como construção que se aprende diariamente e pode contribuir com a existência humana pelas vias do pensar a condição humana.

Por um ensino como agente da alteração de uma cultura do individualismo para uma cultura do coletivo; do privado para o público e universal, parece ter sido a luta do iluminista Condorcet. E dele podemos aprender que nosso ensino, que nossa educação, possa operar na dimensão da responsabilidade histórica e social e auxiliar na construção de uma nova sociabilidade cuja racionalidade seja a da compreensão humana. Cremos que é dessa postura que decorre a inalienabilidade da reflexão e da criticidade com condições ampliadas para descobrir as ideologias dominantes, seus perigos e intenções, bem como as nuances da própria atividade pedagógica que servem, muitas vezes, à reprodução dos ideais do poder hegemônico. Pensamos que o ensino, visto deste modo, transcenda a reprodução e tenha condições de se colocar como força de transformação das relações sociais e vulnerabilizar os elementos que servem à alienação social.

Acredita-se que pelo caminho da educação é possível vislumbrar processos plausíveis de construção da cidadania, de mentes mais ilustradas, esclarecidas, nas quais seja possível visualizar sementes de consolidação das principais qualificações do humano enquanto histórico-social e agente cultural, sem descuido das interrelações, do cultivo das subjetividades e das atenções centrais com os elementos característicos da condição humana. A educação, e os processos de ensino, têm suas agências legitimadas enquanto mediação da existência humana pelo trabalho, pela interação social, pela construção da cultura e de outros

aspectos da vida humana, o que pode, esperançosamente, representar concretudes e processualidades nas ações humanitárias.

Pelas vias racionais no trato da existência humana, da vida dos indivíduos e do cosmos, é possível compreender a nossa condição de humanos enquanto seres existentes e em projeto, em busca de plenificação, horizontes que podem se descortinar e tornar-se realizáveis pelas vias do encontro com os outros. A sociedade se harmoniza quando os indivíduos reconhecem suas limitações e, por conseguinte, a necessidade do respeito como elemento dos arranjos coletivos, com as pluralidades e diversidades, com o auxílio da racionalidade, da sabedoria, que assume a vida – em todas as suas potencialidades, fragilidades e manifestações - como a grande luz que precisa ser cuidada, mantida e defendida.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah, 1906 - 1975. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

CONDORCET, Jean- -Nicolas de Caritat, Marquis. **Cinco memórias sobre a instrução pública**. São Paulo: UNESP, 2008.

CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat, Marquis. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano..** 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013a.

CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat, Marquis. **Escrito políticos-constitucionais**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013b.

FARIAS, Vanderlei G. **Politecnia e Emancipação**. Frederico Westphalen: URI Westph/Medeia, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

SEVERINO, A. J. Fundamentos ético-políticos da educação no Brasil de hoje. In: LIMA, J.C.F. & NEVES, L.M.W., (Orgs). **Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006

